

A Sustentabilidade da Crise

1. É tristemente notório que a economia portuguesa se distingue, no quadro europeu, por viver em crise permanente: porque estamos sempre em contra-ciclo e porque, ocorrendo coincidência de fases, o efeito é o de somar às nossas crónicas dificuldades os efeitos das dificuldades alheias. A mediática plateia doméstica dos preclaros analistas – mentes *luminosas* na sua maioria instaladas na tranquila *gestão* de monopólios ou apenas executivos avulsos de negócios globais – surge de vez em quando para debitar sabedoria de catálogo, expressa em banalidades macro-económicas que toda a gente conhece. Não resolvem nem ajudam a resolver coisa nenhuma da economia real: porque essa não é a sua realidade e preocupação e, acontecendo esporadicamente sê-lo em algum caso, lhes falta normalmente a competência onde lhes sobram jactância e presunção.

É claro que a nossa situação não foi sempre esta, sendo forçoso e urgente detectar as causas que nos conduziram à aparente condenação de pobres tolerados num mundo de ricos aparentes. Uma nação que titulou projectos de alcance universal, que acompanhou, na vanguarda da cultura e da tecnologia, os movimentos sociais, políticos e económicos que, ao longo dos séculos, conformaram o mundo, escravizaram e libertaram homens, criaram raças, forjaram nações – há-de guardar no património vivo das suas tragédias e glórias a mesma energia, o mesmo impulso criativo! Porquê, então, esta modorra descrente, este letargo doentio e trágico, esta apatia mortal em que parece mergulhada a velha nação portuguesa?!

2. Creio que nos apartámos da realidade a partir do momento em que, perdidas as referências da nossa identidade, nos fomos acolhendo, em sossego e preguiça, à ilusão de que há solidariedade para além das fronteiras físicas e espirituais das nações.

A verdade é que as relações entre os povos são predominantemente pautadas pelos interesses – só episodicamente convergentes quando os desenhos tácticos simulam identidades sempre desfeitas pela inelutável confrontação das estratégias. E sabemos também que os modelos institucionais, forjados pelas diplomacias, podem tentar precárias concertações de interesses entre estados mas não extinguem nem sequer controlam o pulsar dos *códigos genéticos* que fazem as nações. – **Aqui reside, nesta fissura original e sempre instável entre o Estado e a Nação o cerne do problema político.** Dele nascem e para ele convergem todos os outros, de âmbito mais particular: os de **natureza instrumental** – como a justiça, a educação, a saúde, a economia – e os de **ordem estrutural**, que definem a matriz de uma cultura nacional – como a língua, a história, a filosofia e as religiões.

As políticas de natureza instrumental – as mais próximas dos interesses e necessidades dos cidadãos e, portanto, o terreno propício para os mais torpes exercícios da manipulação, ordenados à manutenção do poder e respectivas benesses – têm

características puramente técnicas, mas a sua execução não dispensa, antes exige dos seus actores a seriedade, a competência, o bom senso e a devoção pelo serviço público.

É precisamente aqui, na frágil ou ausente devoção pelo serviço público, que o Estado se separa da Nação; onde a fissura é mais clara.

Acontece que a Nação - titular da soberania – sustenta o Estado, delegando nele as funções técnico-administrativas e políticas que asseguram as necessidades vitais da comunidade: justiça, educação, saúde, segurança – tendo sempre como referência o progresso equilibrado de todos os cidadãos, em regime de liberdade.

A economia, aqui sumariamente entendida como troca de bens e serviços, não integra o elenco das funções do Estado. A este cumpre regular as condições de funcionamento das estruturas e agentes envolvidos na actividade económica, preservando a justiça, a equidade, a liberdade e, em nome dos interesses da Nação, velando pela submissão do poder económico ao poder político, intervindo como juiz **e nunca como agente integrante de uma actividade que apenas deve regular...**

3. A experiência portuguesa dos últimos anos é exemplar do modo como se deve garantir a permanência de uma crise que está a conduzir a nação para o limiar da pobreza física e moral – a onda de criminalidade é apenas um sintoma – arriscando despertar violentamente o pulsar ainda subterrâneo dos perseguidos e agredidos nos seus direitos mais elementares – vida digna, trabalho, equidade -, injustiçados pela emergência arrogante de uma nova classe possidente cada vez mais numerosa a cara, nascida da transferência insana dos magros rendimentos de quem vive na e da economia real para os que, à mesa do Estado – classe política e alta administração pública – incham, imperturbáveis, as respectivas fazendas.

O Estado apropriou-se da Nação, que se esvai na tarefa impossível de o manter porque ele é cada vez mais caro.

Racionalidade, produtividade, competitividade, não são conceitos e medidas da eficiência e da eficácia económica exclusivamente aplicáveis ao universo da economia real: o Estado sustenta a crise, sem aplicar a si próprio os critérios de viabilidade económica, **porque está a liquidar a economia real**. Este é **o preço da sustentabilidade da crise**: ela acabará quando acabar a economia! Ou quando a Nação, exausta, renascer. Violentamente!